

ENTREVISTA COM A PROFESSORA MÔNICA CORREIA BAPTISTA COORDENADORA PEDAGÓGICA NACIONAL DO LEEI/ProLEEI- CNCA – UFMG-MG

*INTERVIEW WITH PROFESSOR MÔNICA CORREIA
BAPTISTA, NATIONAL PEDAGOGICAL COORDINATOR OF
LEEI/ProLEEI – CNCA – UFMG-MG*

***Mônica Correia Baptista**

Monica: Doutora em Educação pela Universidade Autônoma de Barcelona. Professora associada da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UFMG). Pedagoga e mestre em Educação pela FaE/UFMG. Pós-doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e na Universidade Autônoma de Barcelona (UAB). Pós-doutorado na Universidade Estadual de Campinas. Líder do grupo de pesquisa Leitura e Escrita na Primeira Infância - LEPI (CNPq). Coordenadora Nacional do Projeto Leitura e Escrita na Educação Infantil (ProLEEI). Diretora da Casa da Infância: Laboratório de Pesquisa, Práticas Educativas e Formação Docente para a Infância da FaE/UFMG. <http://lattes.cnpq.br/3951926269873970> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6645-0114> . E-mail: monicacb.ufmg@gmail.com

Entrevistador Prof. Dr. José Carlos de Melo

Docente associado IV do Curso de Pedagogia da UFMA, docente permanente do PPGEED, Coordenador do grupo de Pesquisa GEPEID/UFMA e Coordenador Geral do ProLEEI/MA Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1282285394690979> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0501-8141> E-mail: melo.jose@ufma.br

Professora Monica, como a Coordenação Pedagógica Nacional do ProLEEI (sediada na UFMG) atua em conjunto com cinco Universidades Federais que assumem as Coordenações Gerais e Adjuntas das demais IES e ainda levando em consideração a imensa extensão territorial e a diversidade cultural do Brasil, explique como essa estrutura de governança descentralizada permite que a Coordenação Nacional emita orientações unificadas e, ao mesmo tempo, valide o respeito às singularidades regionais e locais no desenvolvimento das ações formativas.

A Coordenação Pedagógica Nacional do ProLEEI foi concebida para atuar simultaneamente em duas direções que poderiam parecer contraditórias, mas que são complementares: garantir unidade nacional em torno dos princípios do programa e assegurar que sua implementação respeite a enorme diversidade social, cultural, linguística e educacional brasileira.

Essa governança apoia-se em uma arquitetura colaborativa. A coordenação pedagógica nacional, constituída por mim e pela professora Maria Fernanda Rezende Nunes da UNIRIO, não atua como instância centralizadora que apenas transmite orientações. Seu papel consiste em construir coletivamente referenciais pedagógicos comuns, coordenar processos de formação, promover o diálogo permanente entre as instituições participantes e assegurar coerência entre os diferentes níveis da formação. Para isso, trabalha em estreita articulação com as cinco universidades responsáveis pelas coordenações macrorregionais, que, por sua vez, acompanham e apoiam as demais instituições federais participantes.

Essa estrutura cria sucessivos espaços de escuta, discussão e pactuação. As decisões pedagógicas são debatidas em reuniões nacionais periódicas, grupos de trabalho temáticos, seminários de formação e encontros técnicos envolvendo representantes das diferentes regiões do país. Nesses espaços, as experiências locais retroalimentam continuamente a construção das orientações nacionais.

A unidade do programa não decorre da padronização das práticas, mas da partilha de princípios. Entre eles destacam-se a compreensão da criança como sujeito de direitos; a defesa da brincadeira e das interações como eixos estruturantes da Educação Infantil; o reconhecimento da linguagem oral, da leitura, da escrita e da literatura como práticas culturais; e a rejeição da antecipação da alfabetização formal própria do Ensino Fundamental.

Ao mesmo tempo, a coordenação nacional reconhece que esses princípios precisam materializar-se em contextos profundamente distintos. As experiências das comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, do campo, das periferias urbanas e das diferentes regiões brasileiras constituem referências legítimas para a implementação do programa. Assim, preserva-se uma identidade pedagógica nacional sem desconsiderar as especificidades culturais, linguísticas e organizacionais de cada território.

Como é sabido o ProLEEI adota o modelo de formação continuada em cascata, que percorre um fluxo contínuo: Coordenação Nacional/Adjunta Formadores Estaduais Formadores Municipais § Professoras Cursistas (da Pré-Escola). Do ponto de vista qualitativo, como as orientações pedagógicas nacionais são estruturadas para evitar o fenômeno da “diluição conceitual” ao longo dessa cadeia, assegurando que o foco na especificidade da Educação Infantil (rejeitando a antecipação precoce da alfabetização formal e do Ensino Fundamental) chegue preservado à prática do professor em sala de aula?

A formação em cascata representa um enorme desafio para qualquer política nacional, pois sempre existe o risco de simplificações ou perdas conceituais ao longo da cadeia formativa. No ProLEEI, a principal estratégia para enfrentar esse risco consiste em deslocar o foco da mera transmissão de conteúdos para a construção compartilhada de referenciais teóricos e metodológicos.

Desde a formação das coordenações estaduais até o trabalho desenvolvido pelas formadoras estaduais e as municipais, todos os processos são organizados em torno dos mesmos fundamentos presentes na Coleção Leitura e Escrita na Educação Infantil, nos documentos orientadores do programa, nas atividades e orientações contidas no AVAMEC Interativo e nas atividades desenvolvidas nacionalmente, tais como lives, reuniões, seminários.

Mais do que apresentar procedimentos didáticos, a coordenação nacional dedica grande parte da formação à discussão das concepções que sustentam o programa. Busca-se compreender por que a Educação Infantil possui finalidades próprias, por que a inserção das crianças na cultura escrita não se confunde com ensino sistemático e descontextualizado do sistema alfabético e porque a literatura, a oralidade, a brincadeira, entendida como atividade essencial para o desenvolvimento infantil e as múltiplas linguagens constituem direitos das crianças.

Outro aspecto importante é que os materiais produzidos não funcionam como roteiros prescritivos. Eles foram concebidos para provocar reflexão crítica, análise das práticas e diálogo entre teoria e cotidiano escolar. As atividades presenciais, as tertúlias literárias, as oficinas de literatura, os registros reflexivos e os estudos coletivos favorecem a apropriação dos princípios do programa, reduzindo o risco de que eles sejam transformados em orientações simplificadas.

Além disso, a coordenação nacional mantém acompanhamento contínuo da implementação por meio de reuniões sistemáticas com as coordenações das instituições federais, produção de orientações complementares, atendimento permanente às equipes e monitoramento das principais dúvidas surgidas durante o desenvolvimento da formação. Dessa forma, procura-se assegurar que a especificidade da Educação Infantil permaneça preservada ao longo de toda a cadeia formativa.

O sucesso do ProLEEI nas cinco regiões depende do cumprimento de metas quantitativas expressivas, que envolvem o engajamento das redes estaduais e municipais em regime de colaboração. Discorra sobre como os aspectos quantitativos — tais como o mapeamento do número total de docentes da pré-escola (com base no Censo Escolar), a taxa de adesão dos municípios e os indicadores de conclusão de carga horária na plataforma AVAMEC — influenciam as tomadas de decisão da Coordenação Pedagógica Nacional no redirecionamento das políticas públicas de

formação.

Embora o ProLEEI seja essencialmente uma política de formação, sua implementação exige um acompanhamento permanente de indicadores quantitativos capazes de orientar decisões estratégicas.

O primeiro desses indicadores é o mapeamento das professoras da pré-escola realizado a partir do Censo Escolar. Esse levantamento permite estimar o universo potencial de participantes, estabelecer metas de atendimento para cada unidade da federação e organizar a distribuição das vagas entre as instituições federais parceiras.

A adesão dos municípios constitui outro indicador fundamental. Ela permite identificar territórios com menor participação e compreender obstáculos relacionados à gestão local, às condições administrativas ou à mobilização das redes de ensino. Essas informações subsidiam estratégias específicas de apoio, acompanhamento e fortalecimento institucional.

Os indicadores produzidos pela plataforma AVAMEC também desempenham papel importante. O acompanhamento das matrículas, da frequência, da realização das atividades, da carga horária cumprida e das certificações permite identificar pontos de maior evasão, dificuldades operacionais e necessidades de intervenção pedagógica ou administrativa.

Entretanto, esses dados não são analisados isoladamente. Eles são constantemente interpretados à luz das informações qualitativas produzidas pelas universidades, pelas coordenações estaduais, pelas articuladoras de gestão e formação e pelas próprias equipes municipais. Essa leitura integrada evita reduzir o sucesso do programa ao simples alcance numérico de metas e permite compreender os fatores que favorecem ou dificultam sua implementação em diferentes contextos.

Assim, os indicadores quantitativos deixam de constituir apenas instrumentos de prestação de contas e passam a orientar decisões voltadas ao aprimoramento permanente da política pública.

No desenho institucional do ProLEEI, a figura da Articuladora de Gestão e Formação atua como um elo crítico no cotidiano da implementação do programa dentro das redes de ensino. Explique como as orientações emanadas da Coordenação Pedagógica Nacional fundamentam o papel dessas articuladoras no desenvolvimento das ações, diferenciando sua atuação técnica e mobilizadora do papel estritamente pedagógico exercido pelas formadoras municipais nas cinco macrorregiões brasileiras.

A implementação do ProLEEI ocorreu em um contexto institucional bastante singular. O Programa passou a integrar o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), uma política concebida inicialmente com foco na alfabetização dos anos iniciais do Ensino Fundamental. A incorporação da Educação Infantil ao Compromisso representou um importante avanço nas políticas públicas, mas também trouxe desafios para a construção de uma governança capaz de contemplar as especificidades dessa etapa da Educação Básica.

Nos primeiros meses de implantação, esse cenário gerou algumas tensões em relação ao papel das Articuladoras de Gestão e Formação. Como a estrutura do Compromisso havia sido desenhada antes da inclusão da Educação Infantil, nem sempre estavam claramente delimitadas as atribuições dessas profissionais no âmbito do ProLEEI. Em alguns contextos, predominava uma expectativa de que elas desempenhassem funções essencialmente administrativas; em outros, havia a tendência de aproximar sua atuação daquela desenvolvida pelas formadoras municipais, o que poderia gerar sobreposição de responsabilidades.

Esse processo, entretanto, foi rapidamente enfrentado por meio de um diálogo permanente entre a Diretoria de Formação Docente e Valorização dos Profissionais da Educação – DIFOR – da Secretaria de Educação Básica do MEC, as coordenações das Instituições de Ensino Superior participantes e as formadoras estaduais e municipais do LEEI. Ao longo da implementação, foram produzidas orientações específicas, realizados encontros nacionais e promovidos espaços contínuos de discussão que permitiram consolidar uma compreensão compartilhada sobre o papel estratégico das articuladoras.

Progressivamente, tornou-se evidente que a presença dessas profissionais era indispensável para assegurar a qualidade da implementação de uma política pública dessa dimensão. A experiência demonstrou que programas nacionais de formação continuada não dependem apenas da excelência de seus referenciais pedagógicos, mas também de uma estrutura de coordenação capaz de articular

pessoas, instituições, calendários, fluxos de informação e processos de acompanhamento.

Entre as atribuições das articuladoras RENALFA destacam-se a interlocução entre universidades, secretarias municipais e estaduais, organização dos cronogramas, apoio à composição das turmas, monitoramento da participação das professoras, resolução de dificuldades operacionais, acompanhamento da execução da formação e fortalecimento da comunicação entre os diferentes atores envolvidos.

A atuação das articuladoras estaduais e municipais apoia a atuação das formadoras municipais, criando as condições institucionais, organizacionais e operacionais necessárias para que a formação aconteça com qualidade. As formadoras municipais podem, assim, assumir a condução do trabalho pedagógico junto às professoras cursistas, coordenando os encontros formativos, promovendo estudos, conduzindo oficinas, organizando as atividades previstas no percurso formativo e acompanhando os processos de reflexão sobre as práticas pedagógicas.

A experiência acumulada ao longo da implementação do LEEI/ProLEEI-CNCA mostrou que essa diferenciação de funções fortalece tanto a gestão quanto a dimensão pedagógica da política. As articuladoras são responsáveis pela construção de um elemento estruturante da governança do programa, contribuindo para integrar as diferentes instâncias de gestão, favorecer o regime de colaboração entre União, universidades e redes de ensino e assegurar maior capilaridade, continuidade e qualidade às ações formativas desenvolvidas nas cinco regiões do país.

Avaliar um programa nacional de formação docente como o ProLEEI requer cruzar dados objetivos de alcance com mudanças nas concepções pedagógicas. Demonstre de que maneira a Coordenação Pedagógica Nacional pode articular a avaliação de impacto quantitativo (número de profissionais a serem certificados e municípios cobertos nas cinco regiões) com o impacto qualitativo (transformação das práticas diárias com foco na linguagem oral, escrita e na literatura na primeira infância). Como as Mostras de Trabalhos previstas ao final da formação poderão traduzirem essa integração?

Avaliar um programa nacional de formação docente exige reconhecer que seu impacto não pode ser reduzido aos indicadores tradicionais de cobertura, certificação ou conclusão.

Naturalmente, o alcance quantitativo possui enorme relevância. O número de municípios participantes, de professoras certificadas, de instituições envolvidas e a distribuição territorial da política constituem informações indispensáveis para avaliar sua capilaridade e efetividade enquanto política pública nacional.

Entretanto, esses dados não respondem à questão central: em que medida a formação transforma o cotidiano pedagógico das instituições de Educação Infantil?

Por essa razão, a Coordenação Pedagógica Nacional propõe uma avaliação que articule evidências quantitativas e qualitativas.

Do ponto de vista qualitativo, interessa compreender se as professoras ampliaram suas concepções sobre infância, linguagem e cultura escrita; se passaram a valorizar mais intensamente a literatura infantil, a oralidade, a leitura compartilhada, a autoria das crianças e as múltiplas formas de participação; se reorganizaram tempos, espaços e materiais; e se desenvolveram práticas coerentes com os pressupostos da Educação Infantil.

Nesse contexto, as Mostras de Trabalhos assumem papel estratégico. Elas não constituem simples eventos de encerramento da formação, mas espaços públicos de documentação, socialização e análise das experiências desenvolvidas pelas professoras.

Ao apresentarem registros, narrativas, produções das crianças, relatos reflexivos e projetos construídos durante o percurso formativo, as Mostras tornam visíveis processos de transformação que dificilmente poderiam ser captados apenas por indicadores estatísticos. Elas evidenciam como os princípios do programa foram apropriados e reinterpretados pelas professoras em diferentes realidades do país.

Desse modo, a integração entre indicadores quantitativos e evidências qualitativas permite compreender simultaneamente a extensão e a profundidade do impacto do ProLEEI. A primeira demonstra a capacidade de alcance da política pública; a segunda revela sua capacidade efetiva de produzir mudanças nas concepções e nas práticas pedagógicas relacionadas à oralidade, à leitura, à escrita e à literatura na Educação Infantil.

Um outro componente fundamental desse processo avaliativo é a pesquisa nacional em rede, envolvendo 26 Instituições de Ensino Superior responsáveis pela implementação do programa em todo o país. Trata-se de uma investigação multicêntrica, construída a partir de uma matriz metodológica comum, que busca compreender como os pressupostos do ProLEEI se materializam no cotidiano pedagógico das instituições de Educação Infantil. Diferentemente de avaliações centradas no desempenho das crianças ou na verificação da fidelidade de implementação do programa, a pesquisa privilegia a observação das experiências vividas, das interações, das mediações docentes, das oportunidades de participação das crianças nas práticas de linguagem oral, leitura, escrita e literatura e das condições pedagógicas oferecidas pelas instituições. A produção de um banco nacional de evidências qualitativas permitirá identificar recorrências, singularidades e desafios presentes nas diferentes realidades brasileiras, produzindo conhecimentos capazes de retroalimentar continuamente a formação continuada, subsidiar o aperfeiçoamento dos materiais pedagógicos e orientar futuras decisões do Ministério da Educação no âmbito das políticas para a Educação Infantil.

Dessa forma, a avaliação do ProLEEI deixa de ser concebida como um procedimento realizado apenas ao final da execução da política e passa a constituir um processo permanente de investigação, reflexão e aperfeiçoamento. Ao integrar indicadores quantitativos, Mostras de Trabalhos e uma pesquisa nacional em rede, o Programa constrói um modelo de avaliação capaz de captar tanto sua abrangência quanto a qualidade das transformações promovidas nos cotidianos pedagógicos. Mais do que verificar resultados, essa estratégia busca compreender os processos pelos quais as professoras ressignificam suas concepções e desenvolvem experiências cada vez mais qualificadas de inserção das crianças na cultura escrita, produzindo evidências científicas que poderão fundamentar o aprimoramento das políticas públicas de formação docente para a Educação Infantil em âmbito nacional.

Professora Monica, muito obrigado pela sua disponibilidade em nos conceder essa entrevista!

Recebido em 20 maio 2026
Aceito em 10 julho 2026

